



ÁREA TEMÁTICA: Educação e Aprendizagens Sociais

Aprender com a vida – Retratos e trajectórias de adultos portugueses pouco escolarizados

ANÍBAL, Alexandra

Mestre em Sociologia pela UNL

Doutoranda em Sociologia no ISCTE

alexandra.anibal@gmail.com

Resumo

A comunicação pretende apresentar as fases já concretizadas de uma investigação em curso, no âmbito do programa de doutoramento em Sociologia do ISCTE (indicando a planificação das fases seguintes) e que tem por objecto alargado a Educação e Formação de Adultos em Portugal, nomeadamente a Iniciativa Novas Oportunidades, importante “laboratório” de oportunidades para a investigação sociológica.

Dados resultantes de estudos comparados recentes sobre literacia, concluem que não é pelas experiências de vida e de trabalho que os portugueses adquirem competências de leitura, escrita e cálculo. As suas trajectórias de vida não parecem propiciar tais aprendizagens. Tendo em conta esta especificidade da população portuguesa em matéria de educação e literacia, e considerando o actual contexto de valorização e generalização do sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências, pretende-se, na investigação iniciada, compreender quais os factores que potenciam e quais os factores que inibem a aquisição individual de competências através das experiências de vida. Para tal recorrer-se-á sobretudo a metodologias qualitativas, nomeadamente ao método biográfico, no sentido de captar as especificidades de cada trajectória de vida.

A investigação tem por objectivo analisar as trajectórias de vida de adultos portugueses pouco escolarizados que tenham aderido ao sistema nacional de RVCC.

Julga-se que, conhecendo melhor os percursos de vida destes adultos, se consiga aferir da adequação ou desadequação do actual sistema nacional de RVCC, e respectivos referenciais de competências, à população portuguesa, podendo eventualmente contribuir com algumas pistas para a futuras intervenções a este nível.

Palavras-chave: Educação não escolar, Competência, Literacia, Trajectória de vida





ÍNDICE

1. Introdução
2. Enquadramento teórico-conceptual
3. O contexto internacional
4. A questão central da investigação
5. Estratégia metodológica
6. Referências bibliográficas

1. Introdução

A presente comunicação tem por objecto uma investigação em curso, no âmbito do programa de doutoramento em Sociologia do ISCTE, pelo que a mesma será apresentada com os elementos recolhidos e tratados na fase em que se encontra e com a estratégia metodológica prevista para a sua prossecução.

Centrando-se na abordagem sociológica das questões da literacia e da educação/formação de adultos em Portugal, será analisada a interligação entre ambas, a evolução dos sistemas de educação/formação de adultos em Portugal desde o início do século XX e a Iniciativa Novas Oportunidades, baseada no sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências adquiridas pelos adultos através das suas experiências de vida.

À questão central da investigação chegou-se pela via da constatação de um paradoxo: o sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), actualmente em fase de grande expansão em Portugal, destina-se a pessoas com competências adquiridas pela experiência de vida mas que não foram certificadas oficialmente pelo sistema nacional de ensino. Ora é este sistema de RVCC, embora interligado a outras respostas formativas/educativas que se apresenta como a principal resposta num país em que a população apresenta baixos níveis de literacia, ou seja, possui défices confirmados de competências em áreas-chave constantes dos referenciais utilizados para a validação de competências. De enorme importância e justiça social, o processo RVCC é a resposta mais adequada ao conjunto de pessoas que, tendo tido ao longo da vida, experiências, a nível pessoal, formativo, profissional, social que lhes permitiram efectuar e desenvolver aprendizagens. Mas não será a mais adequada para aqueles – muitos, de acordo com os resultados dos estudos sobre literacia – que não desenvolveram, nas suas vidas algumas aprendizagens-chave convertíveis em competências.

Na investigação em curso pretende-se analisar as trajectórias de vida de adultos portugueses pouco escolarizados que tenham aderido ao sistema nacional de RVCC. Julga-se que, conhecendo melhor os percursos-tipo destes adultos, se consiga aferir da adequação ou desadequação do sistema e respectivos referenciais de competências à população portuguesa, podendo eventualmente contribuir com algumas pistas para a sua progressiva adequação à realidade nacional.



2. Enquadramento teórico-conceptual

2.1. A sociologia da educação e a educação não escolar

Partilhamos com Afonso (2005: 17) a opinião deste autor de que “a sociologia da educação deve ser sensível, cada vez mais, à emergência e centralidade social de novos contextos e processos educativos (informais e não-formais), de modo a dar conta de outras formas de educação, formação e aprendizagem, não subordinadas e não subordináveis ao paradigma escolar”. O conceito de educação não escolar que utilizaremos é definido e bem ilustrado por Afonso (2005: 17) quando esclarece que “o não-escolar tanto pode ocorrer na escola como fora da escola, basta que estejamos perante formas de educação e aprendizagem que sejam diferentes daquelas em torno das quais se estrutura a escola tradicional. Dito de outra maneira, mesmo numa escola tradicional pode haver alguns momentos e espaços de educação e aprendizagem (informal e não-formal) que não estejam condicionados pela sequencialidade curricular, pela rigidez da programação, pela avaliação em função da certificação e da classificação, ou pelas assimetrias nas relações entre professores e alunos, apenas para falar em algumas características do paradigma escolar.”

Ainda, segundo Afonso (2005: 14), “a sociologia da educação não escolar tem vindo a ganhar novos impulsos através da análise crítica, mais ampla, das evoluções da educação escolar, em alguns casos implicando intencionalmente a reactualização do objecto (tradicional) da sociologia da educação e/ou aprofundando os recentes factores de crise da escola e a revalorização social dos contextos e processos de aprendizagem informal e não-formal”. É hoje inevitável, de acordo com o autor, “considerar os sentidos e significados da formação e aprendizagem ao longo da vida tendo, entre outros aspectos, que considerar as suas relações e consequências no contexto das chamadas sociedades da aprendizagem e da informação. Apesar das políticas oficiais de educação de adultos que, entre nós, continuam a atravessar velhos e novos dilemas, reconhecem-se alguns contributos que nos propõem outras formas de pensar as questões da educação e do desenvolvimento local e, em alguns casos, que enunciam, quer o papel de mediação do local, quer as conexões do local com questões mais amplas de ordem cultural, económica e política.”

2.2. Sociologia da Educação/Ciências da Educação/História da Educação – abordagens à Educação não escolar

Uma análise ainda um pouco genérica da produção científica das revistas da especialidade no que concerne à Educação não escolar, permite-nos identificar algumas tendências actuais da investigação substantiva em educação nos três campos científicos seleccionados:

- Parece estar a assistir-se a um esvaziamento da sociologia da educação, provocado pelo rápido desenvolvimento das ciências da educação. A produção de artigos científicos sobre os fenómenos educativos nos contextos mais institucionais da sociologia tem um peso muito diminuto. E essa produção restringe-se ao papel histórico da sociologia da educação encarada como uma sociologia da escola. Não se tomaram ainda por objecto de análise os espaços não escolares de educação, o que nos permite vislumbrar um imenso vazio que poderá e deverá ser preenchido;



- As ciências da educação, que conquistaram um lugar de relevo no estudo dos fenómenos educativos em Portugal e têm o seu campo científico claramente estruturado (faculdades, licenciaturas, mestrados, doutoramentos, associações, congressos) dedicam-se sobretudo (e ainda) à análise dos processos educativos no interior das escolas e às questões relacionadas com o “ser professor”. Nelas se encontra um espaço de produção e difusão de estudos enquadrados pela sociologia crítica/emancipatória. E é aqui, e não nas instituições mais tradicionalmente ligadas à história, que se investiga em história da educação;
- É também no espaço das ciências da educação que assistimos, então, à emergência da área de investigação em educação não escolar, centrada sobretudo na educação de adultos e nas abordagens biográficas e de reconhecimento de competências. É bastante claro que, pelo menos por enquanto, apenas este campo científico se interessa pelo universo potencialmente revelador e inovador das “formas de educação e aprendizagem (...) diferentes daquelas em torno das quais se estrutura a escola tradicional” (Afonso,2005).

2.3. Literacia

No presente trabalho, iremos considerar o campo científico da investigação em literacia como parte integrante da investigação em sociologia da educação, na sua faceta não escolar. Embora tenhamos consciência que é uma opção discutível, e legitimamente contestável, fazemo-lo por considerarmos que a aprendizagem ao longo da vida, a educação não escolar e a literacia são facetas de um mesmo fenómeno cuja investigação pode ser abarcada pelo campo científico da sociologia da educação. A literacia, entendida como “as capacidades de processamento de informação escrita na vida quotidiana” (Benavente, 1996), resulta da eficácia, em determinados tempos e espaços historicamente produzidos, das práticas educativas formais, não formais e informais que neles acontecem ou aconteceram. Só se encararmos a sociologia da educação como a sociologia da escola é que a literacia não é, evidentemente, apenas um resultado de práticas educativas. Mas se, como é aqui o caso, defendermos o alargamento do conceito de educação e do campo científico da sociologia da educação, como o faz Afonso (2005), a literacia passa a poder ser encarada como um dos objectos de investigação deste campo de investigação sociológica.

2.4. A Educação de Adultos em Portugal – conformidades e rupturas com o modelo escolar

A Educação de Adultos pouco escolarizados é um dos campos privilegiados das práticas de educação não escolar. E assim foi ao longo de partes significativas da sua história em Portugal. As experiências de Educação Popular na I República enquadram-se no paradigma não escolar. As práticas de combate ao analfabetismo durante o Estado Novo promoveram, pelo contrário, a conformidade ao modelo escolar. Imediatamente após o 25 de Abril, com a emergência do paradigma da educação permanente, assiste-se à realização de experiências diversificadas de educação de adultos numa perspectiva não formal e informal que vão sendo enquadradas institucionalmente, mantendo o seu carácter não escolar, partindo do respeito pela especificidade das aprendizagens dos adultos e da sua centralidade enquanto sujeitos das práticas educativas.



O reverso desta abordagem não-escolar é o ensino recorrente de adultos que vigora em Portugal a partir do final dos anos 80, claramente colado ao paradigma escolar. A influência da agenda europeia de promoção da Aprendizagem ao Longo da Vida e os baixíssimos níveis de escolaridade da população portuguesa, por comparação aos dos nossos parceiros europeus, levam o país a uma viragem na forma de encarar a educação de adultos que retoma, actualmente, de uma forma mais organizada e inovadora a educação permanente dos anos 70.

Produto dos atrasos endémicos do sistema educativo nacional, os défices habilitacionais dos portugueses estão a ser actualmente “combatidos” através do recurso aos cursos de educação e formação de adultos (e de jovens) e aos processos de reconhecimento, validação e certificação de competências. Este imenso espaço de “novas oportunidades” para adultos pouco escolarizados pode constituir-se, em nosso entender, como um interessante “laboratório” de oportunidades para a investigação sociológica. A abordagem biográfica, que permite a identificação dos percursos de vida dos indivíduos, revela-nos um potencial muito rico de dados sobre a sociedade portuguesa e a sua estratificação social. Revela-nos sobretudo muito sobre a(s) forma(s) como os portugueses pouco escolarizados lidaram, ao longo das últimas décadas, com os processos educativos formais, não formais e informais ou, dito de outra forma, com a escola e com os outros espaços de vida que lhes permitiram adquirir e desenvolver competências. Competências que, na época em que eram crianças, não puderam ser adquiridas por via escolar, num país ainda sobretudo rural, em grande parte imerso na sociedade tradicional, onde a escola, finda a 4ª classe, não chegava e, na sua ausência, também não era desenvolvido o escol cultural (Nunes, 1964).

3. O contexto internacional

3.1. A Educação na Europa

É no período compreendido entre 2000 e 2004 que a União Europeia inicia o programa “Educação e Formação 2010” e é implementado o “método aberto de coordenação”. Este método, sugerido pelo Conselho de Lisboa de 2000, inicia um novo estilo de relação de trabalho entre os Estados Membros e a União e entre os Estados membros entre si ao serviço da estratégia de Lisboa (2000-2010). É aplicado em campos tão diversos como a economia, a educação e a formação, a protecção social, a pobreza, o ambiente, as tecnologias, a investigação, ou a sociedade da informação. Um dos programas de maior relevo é o Educação e Formação 2010 (2004), programa de trabalho para 10 anos com vista à cooperação e ao incremento de uma estratégia europeia articulada para a educação e a formação.

O quadro globalmente instituído para este programa tem-se vindo a materializar num significativo número de medidas a que os vários Estados membros parecem adequar-se crescentemente num processo de efectiva unionização das políticas educativas (Nóvoa, 2002).



Relatórios e Estudos sobre os sistemas educativos

Os relatórios aqui apresentados são compilações de dados estatísticos sobre educação recolhidos em diversas fontes. Reproduzem e divulgam também as principais conclusões (highlights) de investigações extensivas e comparativas à escala europeia. São exemplo de importantes compilações de dados actualizados e muito pertinentes para a análise dos temas da educação e da literacia:

- Panorama da Educação: Indicadores da OCDE (2006).
- Números-Chave da Educação na Europa (2005)
- São estudos exemplares, respectivamente, na área da educação e da literacia:
- Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) que, em 2000 e 2003, avaliou as competências em Matemática dos alunos de 15 anos, nos países da OCDE.
- PIRLS (Progress in International Reading Literacy Study/) que, em 2001, mediu os níveis de desempenho dos alunos do quarto ano do ensino primário³ em compreensão de leitura.

Níveis de escolarização na Europa – algumas pistas a partir do European Social Survey

Uma caracterização do panorama educativo europeu é-nos proporcionada através de algumas das questões do European Social Survey (ESS, 2006). Assim, seleccionámos algumas variáveis que permitissem: 1) Posicionar os diferentes países relativamente aos níveis de escolaridade dos seus habitantes; 2) Comparar os níveis de escolaridade dos inquiridos num determinado país com os níveis de escolaridade dos seus progenitores

Podemos verificar que Portugal é o país que apresenta uma maior percentagem de inquiridos com os níveis mais baixos de escolaridade (12.8% não concluíram o 1º ciclo do ensino básico, em contraste com a média europeia de 3%; 46% têm apenas o 1º e o 2º ciclo do ensino básico, em contraste com a média europeia de 9%). Seguem-se Espanha, Eslovénia e Bélgica. Com um maior número de pessoas possuidoras de elevados graus de habilitações estão a Suécia e a Noruega. A França é, no entanto, o país que apresenta uma maior percentagem de indivíduos com grau de habilitações pós-licenciatura (5.2%).

Portugal apresenta uma percentagem um pouco menos confrangedora de indivíduos possuidores de um diploma de ensino superior, ao nível da licenciatura (mas de apenas 9.3% para uma média europeia de 21.6%).

Se analisarmos o grau de escolaridade das mães e dos pais dos inquiridos portugueses, encontramos um país ainda muito mais atrasado, em termos educativos, relativamente aos dos progenitores dos inquiridos em todos os outros países: cerca de 90% das mães dos portugueses inquiridos tinha 6 anos de escolaridade ou menos (para uma média europeia de 36%). Relativamente aos pais dos inquiridos, 88% dos pais portugueses têm essa escolaridade ou menos (sendo 33% a média europeia).



3.2. A Literacia em Portugal e no mundo

Como refere Benavente (1996, p.3), “o conhecimento das competências reais de leitura, escrita e cálculo da população adulta tem vindo a constituir-se como uma das preocupações, não só de um número cada vez maior de países como também de organizações internacionais como a UNESCO, a OCDE e a UE.” A ideia muito generalizada que a um aumento dos níveis de escolarização nos países europeus corresponderia um aumento generalizado das competências dos indivíduos veio a revelar-se pouco precisa, ignorando um tipo de “novo analfabetismo, dito funcional [que] teria a ver com aprendizagens insuficientes, mal sedimentadas e pouco utilizadas na vida”.

A Literacia em Portugal - Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica

No 1º capítulo do trabalho pioneiro que foi A Literacia em Portugal - Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica, publicado em 1996, procede-se a uma definição do conceito de literacia, contrapondo-o ao de alfabetização e separando-o do de escolaridade: “se o conceito de alfabetização traduz o acto de ensinar e de aprender (a leitura, a escrita e o cálculo), um novo conceito – a literacia – traduz a capacidade de usar as competências (ensinadas e aprendidas) de leitura, de escrita e de cálculo. (...) Pretende-se, com aquele novo conceito, dar conta da posição de cada pessoa num continuum de competências que tem a ver, também, com as exigências sociais, profissionais e pessoais com que cada um se confronta na sua vida corrente”.

A literacia é, assim definida como “as capacidades de processamento de informação escrita na vida quotidiana”. Trata-se das capacidades de leitura, escrita e cálculo, com base em diversos materiais escritos (textos, documentos, gráficos), de uso corrente na vida quotidiana (social, profissional e pessoal). (Benavente, 1996, p. 4). O perfil de literacia de uma população não é algo que possa ser deduzido a partir, simplesmente, dos níveis de escolaridade formais atingidos, não existindo, pois, uma correspondência linear entre os graus de escolarização formal de uma população e o seu perfil de literacia.

Em termos metodológicos, existem duas vias de chegar à avaliação da literacia de uma dada população: a avaliação directa e a avaliação indirecta. O reconhecimento da inexistência da correspondência acima referida, “teve consequências metodológicas, sublinhando os limites das metodologias de avaliação indirecta e levando à metodologia de avaliação directa” (Benavente, 1996, p.5). Esta 2ª, embora desenvolvida com base em modelos diversos, “assenta basicamente num procedimento que implica a demonstração das capacidades através da resolução de tarefas específicas” (Benavente, 1996, p.6).

No estudo coordenado em 1996 por Ana Benavente, a maior parte dos inquiridos situava-se em “níveis de literacia baixos ou muito baixos, sendo bastante reduzidas as percentagens correspondentes aos níveis superiores de literacia” (Benavente, 1996, p. 121), o que revela um perfil de competências da população portuguesa bastante baixo. Verificou-se que a relação entre os níveis de literacia e o grau de instrução é bastantamente acentuada “mas não é unidireccional nem de simples sobreposição. Quanto maior é o grau de escolaridade, mais elevado tende a ser o nível de literacia, porém, nem todas as pessoas com o mesmo grau de ensino apresentam um perfil de literacia idêntico”. Uma outra constatação é a de que há “fortes diferenças relativamente ao perfil



etário dos indivíduos, pois a insuficiência de competências de leitura, escrita e cálculo atinge, de forma mais marcada, os grupos etários mais idosos.”

Literacy in the Information Age - Final Report of the International Adult Literacy Survey

Apresentamos, em seguida, resumidamente alguns dos resultados de um estudo actual e comparado de literacia: *Literacy in the Information Age* (2000). Trata-se de uma investigação que envolveu 20 países: Austrália, Bélgica, Canadá, Chile, República Checa, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Hungria, Irlanda, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polónia, Portugal, Eslovénia, Suécia, Suíça, Reino Unido e E.U.A. Este estudo permite uma comparação do nível e da distribuição das competências em literacia na população adulta e identifica alguns dos factores que influenciam o desenvolvimento das suas competências no trabalho e em casa.

Neste trabalho, o conceito de literacia é definido como: *the ability to understand and employ printed information in daily activities, at home, at work and in the community – to achieve one’s goals, and to develop one’s knowledge and potential.*

De forma a medir os níveis de competência no processamento da informação, e à semelhança do da investigação portuguesa anteriormente referida com o qual tem profundas afinidades em termos metodológicos, este estudo examina três tipos de literacia: literacia em prosa, literacia documental, literacia quantitativa. Cada um destes tipos é medido numa escala de 0 a 500, que se subdivide em cinco níveis de literacia:

- *Literacia em prosa*: conhecimentos e competências necessários para compreender e utilizar informação a partir de textos (editoriais, notícias, poemas e ficção).
- *Literacia documental*: conhecimentos e competências necessários para localizar e utilizar informação contida em vários suportes, como anúncios de emprego, recibos de vencimento, mapas, tabelas e gráficos.
- *Literacia quantitativa*: conhecimentos e competências necessários para efectuar cálculos matemáticos, únicos ou sequenciais, a partir de dados incluídos em materiais impressos (tais como livros de cheques, encomendas), como, por exemplo, calcular o montante de uma gorjeta ou as vantagens de um sistema de crédito explicitado num anúncio.

São identificados 5 níveis de Literacia:

- Nível 1 – inclui as pessoas com muito poucas competências. Casos em que os indivíduos são incapazes de calcular qual a quantidade de um determinado medicamento que se deve dar a uma criança, a partir da informação constante na respectiva embalagem.
- Nível 2 – neste caso, os inquiridos conseguem lidar apenas com material muito simples, apresentado de uma forma muito clara, no qual as tarefas solicitadas são pouco complexas. Identifica as pessoas que sabem ler, mas de uma forma pouco rica. Revelam dificuldade em adaptar-se a novas tarefas.
- Nível 3 – é o nível mínimo adequado às exigências da vida quotidiana e do trabalho numa sociedade complexa. Exige a capacidade de integrar várias fontes de informação e de resolver problemas mais complexos.



- Níveis 4 e 5 – incluem os inquiridos que demonstraram possuir o domínio de competências de processamento de informação de alto nível.

Há diferenças muito significativas, entre os 20 países, quanto aos níveis de literacia das respectivas populações. A Suécia é o país que apresenta uma média mais elevada nos 3 tipos de literacia (entre 301 e 306 pontos), enquanto o Chile revela as médias mais baixas (entre 209 e 221 pontos).

A distribuição da literacia, no interior de cada país também varia consideravelmente. A comparação das pontuações das pessoas no percentil 5 (nível mais baixo de literacia) e no percentil 95 (nível mais alto de literacia) proporciona uma medida da discrepância de competências num determinado país. Portugal apresenta uma elevada discrepância entre as pessoas com os maiores e os menores níveis de competência em literacia.

As competências de literacia são, em larga medida, adquiridas na escola, havendo, pois, uma associação entre educação e literacia em cada país. Mas enquanto que os níveis de educação atingidos são factores que influenciam as competências de literacia, a ausência de educação de base não confina necessariamente um indivíduo a um nível baixo de literacia (como se verifica na Suécia, país em que adultos pouco escolarizados atingem níveis elevados de literacia). É importante perceber porque é que certos países, mais do que outros, conseguem proporcionar níveis elevados de literacia às pessoas menos escolarizadas. Portugal apresenta-se, também neste caso, entre os países que o consegue fazer menos bem.

Em média, para jovens e adultos, cada ano a mais a frequentar a escola corresponde a um aumento de 10 pontos na pontuação em Literacia no teste IALS. Esta situação verifica-se em todos os países analisados. Portugal é apresentado, neste trabalho, como um exemplo de como o nível de escolaridade global da população tem um impacto tão forte no desempenho geral em literacia do país. Relativamente aos outros países, a média portuguesa reflecte sobretudo um desempenho mais baixo entre as pessoas que não beneficiaram da frequência do ensino secundário, ou seja, a esmagadora maioria da população. No entanto, os adultos portugueses que possuem níveis de escolaridade mais elevados apresentam desempenhos iguais ou superiores aos adultos dos outros países com o mesmo nível de habilitações.

Em todos os países, os adultos que frequentaram durante mais anos o sistema de ensino apresentam, em média, desempenhos de literacia mais elevados. O facto de se ter concluído um nível terciário (no nosso caso, o ensino superior), comparativamente à posse do diploma de ensino secundário, induz uma diferença crítica nos resultados em literacia.

Verificámos, na análise dos dados do European Social Survey, que os níveis de escolaridade dos pais condicionavam, em grande medida, os níveis de escolaridade atingidos pelos filhos.

Aqui verificamos um fenómeno semelhante: relativamente à população jovem, entre os 16 e os 25 anos, os níveis de escolaridade dos pais reflectem-se no desempenho em literacia dos filhos. À semelhança do que se passa nos outros países, os jovens adultos portugueses, com fracas competências de literacia têm pais pouco escolarizados. A situação é mais grave no nosso caso, dado que tanto os níveis de escolaridade dos pais como o nível de competências de literacia dos filhos se encontram claramente abaixo da média do conjunto dos países.

Se recuarmos no tempo, a situação é gritantemente clara: os adultos portugueses entre os 26 e os 65 anos apresentam níveis de literacia correlacionados com os níveis de escolaridade dos seus pais. Sendo estes últimos muitíssimo baixos, assim acontece com a literacia da população adulta portuguesa menos jovem.



A Literacia e a Educação de Adultos

Tendo em conta que as pessoas com competências limitadas têm poucas possibilidades de terem contacto com tarefas promotoras de literacia, não é provável que as consigam desenvolver sem ser através da educação e/ou formação. Os dados deste estudo sugerem que, em muitos países, às pessoas com níveis baixos de literacia não são proporcionadas essas oportunidades.

Portugal é o caso mais flagrante da enorme disparidade de frequência de actividades de educação/formação entre os mais e os menos competentes em Literacia. O fosso que os separa é o maior entre os países analisados.

4. A Questão central da investigação

A distribuição da população portuguesa pelos diferentes níveis de escolaridade é uma pesada herança de tempos passados ainda longe de estar superada e que é evidenciada, através dos dados do ESS, nas perguntas relativas ao grau de escolaridade dos progenitores dos inquiridos.

Além das debilidades ao nível dos graus de escolaridade frequentados e atingidos, Portugal conta ainda com níveis de literacia assustadoramente baixos. No nosso país, a ausência da escola não parece ter sido compensada pelas aprendizagens não formais e informais, realizadas ao longo da vida, em contextos sociais, profissionais, lúdicos. Esta constatação, evidente no inquérito IALS é tanto mais grave quanto o nosso país apostou, no sentido de aumentar o nível de habilitações da sua população, num sistema nacional de reconhecimento, validação e certificação de competências, no pressuposto de que foram adquiridas fora do contexto escolar. O inquérito referido diz-nos, pelo contrário, que não é pelas experiências de vida e de trabalho que os portugueses adquirem competências de leitura, escrita e cálculo. As suas trajectórias de vida não parecem propiciar tais aprendizagens. Ao contrário dos suecos que, mesmo o reduzido número de menos escolarizados, evidencia elevados níveis de literacia, adquiridos, neste caso, pela escola da vida.

Tendo em conta esta especificidade da população portuguesa em matéria de educação e literacia, e tendo em conta o contexto actual de valorização e generalização do sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências, pretende-se, na investigação iniciada, compreender quais os factores que condicionam de forma mais preponderante a aquisição individual de competências através das experiências de vida.

5. Estratégia metodológica

Consideramos o espaço actual da Educação e Formação de Adultos em Portugal, um importante “laboratório” de oportunidades para a investigação sociológica.

A análise qualitativa será privilegiada neste trabalho, sempre complementada com a análise extensiva de dados de estudos e estatísticas nacionais e internacionais sobre educação ao longo da vida e literacia.



Pretendemos tomar por objecto desta investigação as trajectórias de vida de adultos portugueses pouco escolarizados, procurando identificar as variáveis significativas que potenciaram, ao longo das suas trajectórias, a aquisição de competências de literacia.

Tentaremos identificar, nesses percursos, momentos marcantes, significativos, momentos de crise, de viragem e contextualizaremos cada trajectória de vida na história do país.

Utilizaremos, para tal, o método biográfico, e, tal como proposto por Bertaux (1981), procederemos à:

- Identificação de *índices* (aspectos que marcam experiência de vida relativamente a categorias analíticas)
- Identificação de pontos de viragem ou inflexão, *incidentes críticos* ou *epifanias*, momentos de encruzilhada a partir dos quais o itinerário biográfico toma um rumo distinto)
- Contextos socio-históricos (dimensão temporal diacrónica-chave: pontos de inflexão que podem também ser também históricos).

Assim, enquadraremos a nossa temática de investigação através da análise de dados recolhidos em fontes secundárias. São os seguintes os passos a dar, no sentido de prosseguir o nosso objectivo (alguns dos quais já se encontram em fase adiantada de concretização):

- 1) Recolha de elementos sobre a história da Educação de Adultos em Portugal
- 2) Análise dos indicadores estatísticos nacionais e internacionais sobre taxas de escolarização e níveis de literacia
- 3) Análise e acompanhamento da Iniciativa Novas Oportunidades
- 4) Entrevistas biográficas, semi-estruturadas de longa duração, a adultos que concluíram o processo RVCC de nível básico
- 5) Análise dos Dossiers Pessoais (Portfólios reflexivos de aprendizagens) de adultos que concluíram o processo RVCC do ensino básico (9º ano de escolaridade): materiais como histórias de vida escritas pelos próprios, fotografias, documentos pessoais e profissionais.

A selecção da amostra de entrevistados será feita em estreita articulação com os Centros Novas Oportunidades (da rede de intervenção do Instituto do Emprego e Formação Profissional) onde os adultos desenvolveram os respectivos processos RVCC e após indicação dos técnicos (profissionais de RVC) que os acompanharam ao longo do seu percurso nos Centros.

Os adultos serão entrevistados demoradamente, no sentido de aceder às suas *Histórias de vida* (life history). Far-se-á uma análise detalhada da trajectória biográfica, entendendo-se cada adulto como um *estudo de caso*; além dos discursos autobiográficos, tomar-se-á por objecto outros documentos relativos à vida de cada indivíduo, nomeadamente os constantes no seu Portfólio reflexivo (após autorização prévia).

Um Portefólio Reflexivo de Aprendizagens é uma colecção de documentos vários (de natureza textual ou não) que revela o desenvolvimento e progresso na aprendizagem, explicitando os esforços relevantes realizados para alcançar os objectivos acordados. É representativo do processo e do produto da aprendizagem. Documenta experiências significativas, fruto de uma selecção pessoal, podendo conter todo o tipo de documentos: histórias de vida escritas pelos



próprios, fotografias, amostras “físicas” de trabalhos realizados, cartas, cartões, contratos, certificados e diplomas, produções literárias próprias em prosa, poesia. Todo um manancial de elementos que retratam uma vida, do ponto de vista das experiências e das aprendizagens, através delas, realizadas.

A selecção da amostra de entrevistados terá em conta as seguintes variáveis:

- Género;
- Idade;
- Localização geográfica da residência: zonas rurais/zonas urbanas;
- “Desempenho” durante o processo RVCC.

Pretende-se, através desta estratégia, compreender as principais especificidades que marcam percursos de vida caracterizados por forte aquisição e desenvolvimento de competências e aqueles em que, pelo contrário, as aprendizagens “de vida” não decorreram de forma a potenciarem a aquisição de competências, nomeadamente ao nível da literacia, reconhecíveis, validáveis e certificáveis oficialmente.

6. Referências bibliográficas

AFONSO, Almerindo (2005). “A Sociologia da Educação em Portugal: elementos para a configuração do estado da arte”, Teodoro, A. e Torres, C. (orgs.). Educação Crítica & Utopia. Perspectivas para o Século XXI. Porto. Afrontamento.

BENAVENTE, Ana, et al. (1996), A Literacia em Portugal. Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

BERTAUX, Daniel (1981) *Biography and Society. The Life History Approach in Social Sciences*, Beverly Hills, Sage.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA (2004). Educação e formação para 2010. A urgência das reformas necessárias para o sucesso da estratégia de Lisboa, Bruxelas: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

COMMISSION EUROPEENNE (2000), *Mémorandum sur l'éducation et la formation tout au long de la vie*, Bruxelles.

ESS round 3 - R Jowell and the Central Co-ordinating Team, European Social Survey 2006/2007: Technical Report, London: Centre for Comparative Social Surveys, City University (2007)



NÓVOA, A. (2002). Ways of thinking about Education in Europe. In A. Nóvoa & M. Lawn (Ed.). *Fabricating Europe. The formation of an Education Space* (pp.131-157). Dordrecht, Boston & London: Kluwer Academic Publishers

OECD (2000), *Education at a Glance: OECD Indicators*, Paris. *European Social Survey - Monitoring attitude change -in over 30 countries - Centre for Comparative Social Surveys, City University, Northampton Square, London EC1V 0HB, United Kingdom)*

STATISTICAL CANADA (2000), *Measuring Adult Literacy. The International Adult Literacy Survey in the European* Nunes, A.Sedas (1964). "Portugal, Sociedade Dualista em Evolução", *Análise Social*, vol.2, nº7/8, p. 407-462. Context, Carey (ed.).